


**FELIPE VARELA MELLO**

# ***DISPUTE BOARDS***

**MEIO DE PREVENÇÃO E  
RESOLUÇÃO DE DISPUTAS**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, inverno de 2023  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

## FELIPE VARELA MELLO

*Dispute Boards: Meio de Prevenção e Resolução de Disputas*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-152-9

1. Meio Resolução de Disputas. 2. *Dispute Boards*. 3. Meios de Prevenção. 4. Contrato. 5. Processo Civil. 6. Convenção. 7. Procedimento. I. Título.

### *Editor*

Vinícius Vieira

### *Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

### *Diagramação*

Anderson dos Santos Pinto

### *Revisão gramatical*

Studio Quartier

### *Capa*

Rafael Nicolau

## **EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508


Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Prefácio por Arnaldo Wald.....	9
Apresentação por Augusto Barros de Figueiredo & Fernando Marcondes.....	13

### Introdução, 17

## 1. A Evolução dos Meios Extrajudiciais de Resolução de Conflitos, 21

1.1. Estados Unidos.....	21
1.2. Europa e América Latina.....	31
1.3. Brasil.....	47

## 2. Disposições Gerais sobre os *Dispute Boards*, 57

2.1. ●rigem histórica.....	57
2.2. Conceito e características.....	66
2.3. Comparativo entre os <i>dispute boards</i> e demais meios extrajudiciais ....	73
2.4. Natureza jurídica dos <i>dispute boards</i> .....	81
2.5. Convenção de <i>dispute board</i> .....	87
2.5.1. Convenção escalonada .....	95
2.5.2. Compatibilidade entre a convenção de <i>dispute board</i> e cláusula de eleição de foro .....	100
2.5.3. Ação judicial para cumprimento da convenção de <i>dispute board</i> .....	102
2.6. Modalidades de comitê .....	106
2.6.1. Comitê de recomendação, adjudicação e misto .....	106
2.6.2. Comitê permanente e <i>ad hoc</i> .....	113
2.6.3. Quantidade de membros no comitê.....	115
2.7. Aplicação dos <i>dispute boards</i> aos contratos .....	117
2.8. Legislação brasileira sobre <i>dispute boards</i> .....	122
2.9. Jurisprudência brasileira sobre <i>dispute boards</i> .....	131

2.9.1. Superior Tribunal de Justiça.....	133
2.9.2. Tribunal de Contas da União.....	135
2.9.3. Tribunal de Justiça de São Paulo.....	137

### **3. Procedimento, 141**

3.1. Qualificação dos membros do comitê .....	142
3.2. Nomeação, impugnação e aprovação dos membros do comitê .....	148
3.3. Contrato de constituição e termo de instauração.....	150
3.4. Reunião de <i>kick-off</i> .....	152
3.5. Reuniões, visitas técnicas e audiências.....	152
3.6. Provimentos.....	159
3.7. Honorários dos membros e custas.....	163

### **4. Aspectos Contratuais e Processuais da Convenção de *Dispute Board*, 167**

4.1. A convenção de <i>dispute board</i> e os seus três planos .....	167
4.1.1. Plano da existência.....	169
4.1.2. Plano da validade .....	173
4.1.3. Plano da eficácia .....	185
4.2. Classificação da convenção de <i>dispute board</i> .....	187
4.2.1. Atípico.....	188
4.2.2. Bilateral.....	189
4.2.3. Comutativo.....	191
4.2.4. Oneroso .....	193
4.2.5. Não solene .....	194
4.2.6. Instantâneo ou de duração .....	195
4.2.7. Acessório.....	196
4.3. Convenção de <i>dispute board</i> com previsão de decisão definitiva e vinculante proferida pelo comitê.....	199
4.3.1. Observância dos limites do princípio da autonomia privada.....	203
4.3.2. Exercício de função jurisdicional pelo comitê.....	208

4.3.3. Equiparação entre a convenção de <i>dispute board</i> e o <i>pacto de non petendo</i> .....	223
4.4. Exequibilidade da decisão definitiva e vinculante proferida pelo comitê .....	227

**Conclusão, 233**

**Referências, 237**